

EXTENSÃO E PRÁTICAS URBANAS EMERGENTES

EXTENSION AND EMERGING URBAN PRACTICES

Bruno Cesar Euphrasio de Mello - Professor Doutor no Departamento de Urbanismo - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - brunocesaremello@gmail.com

Inês Martina Lersch - Professora Doutora no Departamento de Urbanismo - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - ines.martina.lersch@gmail.com

João Farias Rovati - Professor Doutor no Departamento de Urbanismo - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - joao.rovati@gmail.com

Gabriela Rosa Nodari - Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - gabriela.nodari.n@gmail.com

RESUMO

Este artigo relata e discute os resultados do projeto de extensão universitária “Práticas urbanas emergentes”, ocorrido ao longo do ano de 2018 na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. Por meio de vivências e oficinas estudantis de graduação, pós-graduação e professores interagiram com pessoas, grupos, coletivos e movimentos sociais promotores de novas práticas urbanas em três experiências: o sítio Árvor(e)ser, a Vila Nazaré e o Prato Feito das Ruas. A noção de extensão deste projeto foi a de que a universidade pública deve estabelecer vínculos mais estreitos com a sociedade, visando melhor compreender a realidade urbana onde a instituição está inserida; e transbordando para fora dos seus muros para impregnar-se dos temas, demandas e propriedades ausentes de seu cotidiano. A extensão pode, ao agir desta forma, provocar temas e problemas de pesquisa.

Palavras-chave: Extensão. Universidade. Urbanismo. Planejamento urbano. Porto Alegre.

ABSTRACT

This article reports and discusses the results of the academic extension project “Emerging urban practices”, which took place in 2018 in the city of Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brazil. In field trips and workshops, professors and undergraduate and graduate students interacted with different people, groups, collectives, and social movements promoting new urban practices in three experiences: Arvor(e)ser farm, Vila Nazaré settlement, and Blue Plate Special on the Streets. The academic extension concept of this project was that the public university should establish closer ties with the society to better understand the urban reality where the institution is inserted, to go beyond its walls in order to impregnate itself with the problems, demands and characteristics that are not part of its daily life. Extension can, by acting in this way, trigger topics and research problems.

Keywords: Extension. University. Urban planning. Porto Alegre.

INTRODUÇÃO

Este artigo relata e discute os resultados do projeto de extensão universitária “Práticas urbanas emergentes (PUE)”, ocorrido durante 2018 na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. O PUE foi criado como espaço de interlocução entre alunos de graduação, pós-graduação e professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (os Participantes) e pessoas-coletivos promotores de novas práticas urbanas (os Protagonistas). A proposta surgiu de duas inquietações compartilhadas entre professores do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura: a primeira, acerca da incorporação à sala de aula de temas e problemas em pauta nas cidades; a segunda, da necessidade de experimentar práticas pedagógicas novas e transformadoras que problematizassem o alcance do ensino do Urbanismo e do Planejamento Urbano e Regional. Sobre este segundo aspecto, conforme D’Ottaviano e Rovati,

a ação transformadora só se dá quando a extensão, no dia a dia, se abre para a experimentação e para a diversidade; quando borra as fronteiras disciplinares, as fronteiras do pensar ou fazer, da teoria ou da prática, quando com base na reunião de individualidades autônomas e singulares e a partir da identificação de uma realidade que quer transformar, agregar, constrói um projeto coletivo, impulsiona um processo de formação (2019, p. 13).

A proposta de ação (trans)formadora do PUE foi, ao mesmo tempo, seu objeto: iniciativas que buscassem repensar e modificar o viver nas grandes cidades. Além disso, a construção desse projeto tomou por pressuposto a necessidade de reelaborar duas noções: (i) a de extensão universitária; (ii) a de práticas urbanas emergentes.

A noção de extensão deste projeto ancorava-se em alguns pressupostos que, para nós, pareciam relevantes: que a Universidade Pública deve estabelecer vínculos mais estreitos com a sociedade, visando melhor compreender a realidade urbana onde a instituição está inserida; que ela deve transbordar-se para fora dos seus muros, impregnando-se dos temas, demandas e propriedades ausentes de seu cotidiano; que a extensão é uma oportunidade de questionar os modelos tradicionais de ensino-aprendizagem, baseados na relação professor-aluno dada exclusivamente dentro de sala de aula, sendo, assim, o ensaio de uma nova pedagogia para o ensino de Urbanismo e Planejamento Urbano; que a extensão, além de sugerir novas práticas pedagógicas, pode estimular a reflexão e busca de novos temas e problemas de pesquisa.

A noção de práticas urbanas emergentes buscava colocar em primeiro plano iniciativas construtoras de uma nova cidade possível. As PUEs representam, assim, novas formas de vivenciar o ambiente urbano, experiências contra-hegemônicas que, de alguma maneira, expressassem uma vontade coletiva de ressignificação do espaço público. Neste sentido, a proposta pedagógica do projeto buscou eleger temas de interação que apontassem para uma educação crítica, participativa e solidária (BETTO, 2018) que movimenta o conhecimento em busca da justiça social na cidade.

O método de trabalho foi pautado pela realização de oficinas e vivências, privilegiando a troca de experiências entre os Participantes e Protagonistas das práticas visadas. Ao longo de 2018, foram realizados três vínculos – oficinas e vivências – com os seguintes temas: agricultura urbana, luta por moradia e população em situação de rua.

As oficinas, realizadas em sala de aula, na Faculdade de Arquitetura, tiveram como objetivos: (i) fazer um primeiro reconhecimento da prática emergente focalizada; (ii) definir as atividades, o calendário, os grupos de trabalho e as formas de registro dessa prática; (iii) compartilhar impressões e refletir sobre as práticas emergentes e sobre a própria ação de extensão; (iv) produzir o registro sistemático da experiência (textos, imagens, etc).

As vivências (saídas a campo), por sua vez, foram a oportunidade de interagir com pessoas, comunidades, coletivos, enfim, com os Protagonistas da prática focalizada. As vivências foram realizadas no lugar onde tais práticas ocorriam. Foram os momentos em que os Participantes com elas interagiram diretamente.

A inscrição para integrar o projeto demandou um posicionamento do candidato sobre o papel social da Universidade Pública e da extensão universitária. Para inscrever-se era necessário responder à seguinte pergunta:

Nossa Constituição Federal define em seu Art. 3º os “objetivos fundamentais da República”. Em sua opinião, de que maneira a Universidade Pública e a extensão universitária podem contribuir para a realização daqueles objetivos? Necessário referir que, segundo a Constituição, os objetivos da República são: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

As respostas dos candidatos tocaram em temas como o engajamento profissional em causas populares, o compromisso social da universidade pública e de seus integrantes, a necessidade de elaboração democrática e participativa de propostas para solução de problemas locais, a questão do bem-estar social. As respostas foram compartilhadas na primeira oficina e nortearam, depois, a noção de PUE e as práticas que seriam visitadas.

Com relação aos integrantes do projeto, foram estabelecidos dois objetivos específicos: (i) que os Participantes encontrassem oportunidades de vivenciar novas práticas urbanas e, com base nessa experiência, pudessem repensar suas próprias atitudes como estudantes e cidadãos; (ii) que os Protagonistas, ao debater suas práticas no intramuros universitário, encontrassem um momento de reflexão sobre suas próprias experiências e as situassem como possibilidade de enfrentar, juntos, universidade e comunidade, os enormes desafios postos pelo meio urbano.

Por fim, o projeto pretendeu sempre oferecer aos estudantes envolvidos uma oportunidade de (trans)formação acadêmica, por modesta que fosse. Desse ponto de vista, esperava-se que o vínculo universidade-comunidade criado com o projeto os fizesse refletir sobre o seu próprio fazer técnico (hoje tão restrito às pranchetas) e sobre o papel da Universidade Pública e da extensão universitária para a sociedade brasileira.

EXPERIÊNCIAS E VÍNCULOS

A primeira oficina do projeto reuniu apenas a comunidade acadêmica da UFRGS. O calendário de ações não estava previamente definido. Os contornos conceituais da noção de práticas urbanas emergentes foram, então, em conjunto, esboçados.

As práticas visitadas surgiram desta definição. A proposta pedagógica era de construção coletiva e democrática de todos os aspectos do projeto, desde a definição do conceito fundante da ação até os objetos de vinculação.

Neste primeiro encontro, ficou estabelecido o seguinte entendimento preliminar sobre a noção de práticas urbanas emergentes:

- Formas ou modos de viver a/na cidade, entendendo-a como espaço público, que se contrapõem à ideia de que a cidade é exclusivamente um lugar de produção para o lucro.
- Ações de dissenso, transformadoras, críticas.
- Experiências que se contrapõem a práticas pautadas pelo pensamento neoliberal.
- Práticas que surgem de demandas coletivas, de “baixo para cima” como um desejo de resistência e ruptura.
- Práticas que abordam o conflito (pacífico) como experiência positiva.
- Experiências que buscam ressignificar o território a partir de novas práticas.
- As experiências que nos interessam não são “inovadoras”. O que nos interessa não são as “inovações” operadas pelo “mercado”, mas “novas” práticas contra-hegemônicas.
- O termo emergente remete, ao mesmo tempo, às ideias de surgimento e de situação alarmante (de emergência).

Com base nestas definições, o grupo inventariou experiências com as quais poderíamos nos vincular. As propostas foram organizadas em eixos temáticos e, a seguir, pelo voto dos participantes, foram escolhidas as que seriam vivenciadas. As práticas eleitas foram:

- (i) agricultura urbana;
- (ii) ocupações e luta por moradia;
- (iii) população em situação de rua;

A coordenação do projeto responsabilizou-se por organizar as vivências e oficinas dentro de cada um dos eixos eleitos. E, para cada vivência, foi estabelecida a forma de relação e a contrapartida que a universidade ofereceria aos Protagonistas.

A seguir, estão brevemente descritas as PUE com as quais o projeto de extensão interagiu, suas vivências e oficinas.

SÍTIO ÁRVORE(S)ER

A primeira vivência ocorreu no Sítio Árvore(s)er, localizado no bairro Hípica (zona sul de Porto Alegre). Os Protagonistas desta experiência foram Mauro Weber, egresso da Escola de Administração da UFRGS, e Ana Livi, egressa da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

Em 2007, após diplomados, Mauro e Ana deixaram o Brasil para trabalhar em organizações de ajuda humanitária em países africanos pós-guerra civil, construindo escolas para refugiados. De volta ao país, resolveram utilizar o pequeno sítio da família (2 hectares) para produzir alimentos sem uso de agrotóxico e realizar ações de educação ambiental. Criaram assim o Sítio Árvore(s)er. Mudaram, pois, de atividade: o modelo de profissional bem-sucedido que a universidade os apresentou já não os seduzia.

A proposta do sítio é de cooperação entre consumidores e produtores. Nela, os consu-

midores se associam ao sítio e recebem, semanalmente, cestas com produtos agroecológicos – “sem veneno”. Neste modelo, os agricultores conhecem de antemão a demanda por seus produtos e assim conseguem programar o plantio e a colheita reduzindo perdas e desperdícios. Os consumidores, por sua vez, estabelecem uma relação próxima aos produtores, participam de atividades no sítio e podem acompanhar a produção.

Contudo, o sítio está localizado num lugar cobiçado pelos promotores imobiliários da cidade. Há condomínios e “bairros planejados” sendo construídos nos arredores. O valor da terra, na região, tem subido vertiginosamente. Os filhos de antigos proprietários rurais estão desinteressados pelo tradicional labor familiar – preferem vender suas terras e morar noutro lugar. A iniciativa do Árvore(s)er está na contramão desta tendência: Mauro e Ana preferiram ficar e tornar a terra produtiva.

No primeiro passeio pelo sítio conhecemos o sistema de produção agroflorestal. Segundo Mauro, eles “cultivam a terra”, e não legumes, frutas, hortaliças. Porque estes últimos são produtos de uma terra fértil e bem tratada. Explicou-nos ainda, dentre outros aspectos, a sucessão de espécies vegetais característica do processo agroflorestal, a sensibilidade que o agricultor deve ter com os sinais sutilmente emitidos pela natureza.

Por premissa do projeto de extensão, os Participantes tinham o compromisso de realizar uma ação concreta, útil ao sítio. Um grupo de estudantes e professores plantou inhame e gengibre. Outro, árvores junto às hortaliças. Interrompemos brevemente esse labor para um almoço coletivo. À tarde, todos juntos, trabalharam no manejo dos canteiros: dispersar a matéria orgânica que protegeria e adubaria a terra pela horta. Ainda tivemos tempo para colher frutas.

A Oficina, momento de retorno à universidade, ocorreu dias depois. Em sala de aula, compartilhamos registros variados (fotos, desenhos, poemas) e debatemos a experiência. O diálogo se deu a partir de quatro eixos:

(i) A questão da produção-consumo das mercadorias – a teoria do valor-trabalho; a diferença entre a sociedade “com” mercado e a sociedade “de” mercado; quem produz, como produz, quanto ganha; que tipos de relações sociais e formas de produção a mercadoria não revela; as relações de produção; a “servidão consentida” do trabalho assalariado, etc.;

(ii) O valor e o preço da terra – a especulação imobiliária e seu impacto no território; a questão da propriedade fundiária; a pressão sobre a zona rural e a construção dos condomínios; a flexibilização da legislação urbanística, etc.;

(iii) A questão da ecologia – a produção agroecológica; o respeito aos ciclos da natureza; a “coisificação” do homem e da natureza; a ilusão da natureza como “bem inesgotável”, etc.;

(iv) A questão da formação em Arquitetura e Urbanismo – a noção de sucesso profissional que subjaz a essa formação; as práticas de atelier; o contato ou distanciamento com a realidade; a precarização do trabalho; a dificuldade de identificar a posição do arquiteto no mundo do trabalho (Profissional liberal? Patrão? Assalariado?); o formalismo afastado dos saberes relativos à construção e gestão, etc.

VILA NAZARÉ

A segunda vivência ocorreu na Vila Nazaré, localizada no bairro Sarandi (zona norte de Porto Alegre). A Vila está implantada em gleba de propriedade privada há aproximadamente 60 anos. A ocupação, nunca contestada, constituiu-se a partir do êxodo rural das décadas de 1960-1970 (PORTO ALEGRE, 1956; 1986). Hoje, segundo dados imprecisos relatados por integrantes da associação de moradores, habitam o local aproximadamente 2.000 famílias –

cerca de 5.000 pessoas.

As famílias correm o risco de remoção. Em 2017 o grupo alemão *Fraport AG Frankfurt Airport Services* venceu o leilão de concessão da administração do aeroporto Salgado Filho. Entre as obrigações do contrato está a construção de um edifício-estacionamento, a ampliação do terminal de passageiros e a extensão da pista de pousos e decolagens. E é justamente o projeto de extensão da pista que motiva a retirada da Vila Nazaré, situada no seu prolongamento. O prazo dado para a desocupação da área era dezembro de 2018, segundo informações repassadas pela prefeitura aos moradores. Os moradores seriam transferidos para um loteamento localizado nos limites da cidade, a quilômetros de distância da Vila.

Nas proximidades da Vila estão sendo implantadas indústrias e empresas de logística aeroportuária, os “condomínios empresariais”. É o último estoque de terra disponível na zona norte da cidade, a área mais acessível e conectada “com o país”, por conta de sua proximidade com o aeroporto e com importantes eixos viários (BR 116, Freeway). Com a extensão da pista, o aeroporto terá condições de receber grandes aviões de carga, aproximando as empresas sediadas no extremo sul do Brasil ainda mais do mercado global. Assim, no percurso histórico de uma comunidade pobre que habita a região há mais de meio século e a urbanizou com as próprias mãos, se encontram agora poderosas multinacionais, forte especulação imobiliária, grandes obras de ampliação de avenidas e da pista do aeroporto. É uma zona ainda relativamente vazia, mas que está se estruturando do ponto de vista viário e imobiliário, dada sua vocação para grandes empresas de atacado, galpões de estocagem e pavilhões industriais.

Na vivência, duas lideranças comunitárias locais relataram que, como forma de apressar a saída das famílias, a prefeitura tem retirado dali todos os serviços públicos e infraestrutura urbana. Não é oferecida qualquer perspectiva de regularização da área; a manutenção das vias foi interrompida; o lixo, depositado nos lotes localizados mais ao fundo da Vila, não é mais recolhido; o posto de saúde foi fechado; a escola não funciona mais; não se realizam mais quaisquer obras de melhoria e manutenção, como abastecimento de água, esgotamento sanitário e iluminação pública. De fato, ocorre ali um processo de “desurbanização”, que retira justamente das famílias mais pobres os serviços públicos essenciais. É como se a urbanidade estivesse erodindo e deixando para trás os escombros de uma comunidade abandonada. Tudo para que seja mantido o cronograma de obras da *Fraport*.

Os líderes comunitários relataram ainda que a população da Vila está dividida: alguns querem permanecer, outros, partir, aceitando as contrapartidas da prefeitura – moradia a uma hora e meia de ônibus dali ou o pagamento de indenização. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) tem colaborado com a comunidade em sua resistência. A transferência da população daquela região desestruturará a complexa, mas frágil trama de relações tecida por aquela comunidade ao longo de meio século – suas práticas cotidianas, a organização de suas vidas (proximidade com emprego, por exemplo) e a importante rede de pequeno comércio e de serviços constituída por residentes locais.

Como a proposta do projeto de extensão era realizar uma ação útil à comunidade, sugerimos a organização de um mutirão de construção. Contudo, no diálogo realizado com o MTST, foi relatado que o grande desafio do momento é apoiar a associação no convencimento de que existe alternativa de permanência na Vila ou nas proximidades, sem a desestruturação dos laços comunitários. Chegamos à conclusão que a contrapartida que a universidade poderia oferecer não seria uma “obra” física, mas elaborar algum material que contribuísse com o processo de resistência da comunidade: estudar possibilidades de reassentamento na área, apresentar exemplos alternativos de urbanização de vilas e de moradia popular, como contraponto ao projeto apresentado pelo poder público como alternativa inexorável.

A vivência realizada na Vila foi uma visita de reconhecimento, guiada por integrantes da comunidade. Visitamos os diversos trechos da vila: (i) a Nazaré propriamente dita, que corresponde à parte central da área; (ii) a Pepino, parte leste da Vila, situada junto aos lotes de grandes empresas de logística; (iii) a Ocupação, trecho oeste, espaço estreito e comprido, ocupado mais recentemente, fronteira ao aeroporto; (iv) e a Sapo, localizada nos fundos da vila, junto à área de banhados da várzea do rio Gravataí.

Ao fundo deste último trecho encontramos o cenário que mais nos impressionou: uma imensa montanha de lixo, que separava casas e galpões de triagem de uma extensa área de vegetação e banhados. A chuva fazia escorrer, por debaixo daquela montanha de resíduos, chorume que rumavam às planícies alagadas e ao interior da vila. Para chegar ao limite norte da Nazaré era necessário atravessá-la. Escalamos vacilantes o chão movediço feito de uma profusão de embalagens, sacolas, tampinhas, garrafas, cacos de vidro. Descemos do outro lado e seguimos por trilha na mata sob chuva torrencial.

Além da questão de moradia, está posta ali uma importante questão ambiental. A falta de coleta de lixo (uma das estratégias de pressão sobre a comunidade) está gerando uma condição sanitária de risco; e os alagamentos se multiplicam, entre outras razões, porque as empresas implantadas nas proximidades têm sistematicamente aterrado os banhados da várzea do Gravataí.

A oficina (momento de retorno à universidade) ocorreu dias depois. Não recebemos imediatamente os integrantes da Associação de Moradores da Vila Nazaré e do MTST. Antes, foi necessário reunir dados, dialogar com colegas do Instituto de Pesquisas Hídricas da UFRGS e produzir algum material para debate. Entre a vivência na Vila e a oficina na UFRGS os Participantes compartilharam registros variados (fotos, desenhos, poemas) e, dentre outros temas, debateram:

- (i) o exercício do direito de propriedade fundiária frente à definição constitucional do cumprimento de sua função social;
- (ii) o direito das comunidades pobres aos serviços públicos e à infraestrutura urbana;
- (iii) a dinâmica dos processos de remoção e resistência popular de áreas ocupadas;
- (iv) os impactos ambientais da ocupação da várzea do rio Gravataí;
- (v) a disputa pelo solo urbano em áreas de acentuada valorização fundiária.

PRATO FEITO DAS RUAS

A terceira vivência ocorreu no baixio do viaduto Imperatriz Leopoldina (o “Brooklin”), localizado no centro histórico, Porto Alegre. Sua presença na Avenida João Pessoa, em frente ao imponente prédio da antiga Faculdade de Medicina (Campus Centro da UFRGS), rememora um conflito hoje quase esquecido. Em 1975, Carlos Dayrell, então estudante de Agronomia, ao assistir as frondosas tipuanas, que ladeavam a avenida, serem cortadas para construção do viaduto, subiu numa delas. Seu objetivo era impedir a derrubada das árvores. Esse protesto solitário chamou a atenção e despertou solidariedade. Mas, estávamos em plena ditadura. O Departamento de Ordem Política e Social (Dops) foi acionado. Houve bombas de gás, cassetes, prisões. Contudo, Dayrell alcançou seu objetivo: a derrubada das árvores foi interrompida, apesar da construção do viaduto. Esta ação deu grande impulso ao nascente movimento ambientalista da cidade, então liderado por José Lutzenberguer (AMBIENTALISTA, 2014).

Sob este viaduto há um amplo espaço aberto. O lugar já serviu de abrigo para moradores em situação de rua. Nos últimos anos, tem sido ocupado por diferentes atividades. Pelo que se conta, uma delas, a “batalha de rap”, teria sido responsável pela “nova” denominação do lugar

– Brooklin. Por muito tempo, o Parque da Redenção, situado nas proximidades do viaduto, foi palco dessas batalhas de rap. Mas, quando chovia, todos “corriam para o Brooklin” (SOB, 2018).

A definição dessa vivência – interação com a ação solidária Prato Feito das Ruas – teve dupla origem: a primeira, do interesse em conhecer uma experiência que ali se desenvolve todos os sábados, a oferta de refeições gratuitas aos moradores em situação de rua, organizada por um casal de filantropos e dezenas de voluntários; a segunda, o fato do Trabalho de Conclusão de Curso de um dos estudantes Participantes do PUE ser um projeto para essa área.

Após contato com os organizadores, ficou estabelecido que cada participante do projeto contribuiria com alimentos cozidos (dois quilos de massa ou arroz), salada e alguma sobremesa. O encontro se deu às 10:00h de sábado. Todos contribuíram para a logística do evento – instalação da “cozinha”, distribuição de mesas de trabalho, organização de espaços específicos para crianças e idosos, organização das filas, montagem e distribuição dos pratos feitos.

Cerca de 1.200 refeições são ali servidas semanalmente. No dia de nossa vivência não foi diferente. Mas, descobrimos que, ao contrário do que pensávamos, para ali convergem não apenas moradores em situação de rua – encontramos também, por exemplo, muitos aposentados, assalariados, além de pequenos vendedores que, nos finais de semana, atendem o grande público que frequenta o Parque da Redenção.

Por que as refeições são servidas no Brooklin? Segundo seus organizadores, porque o lugar é bem localizado, protegido da chuva, e há muitas vagas de estacionamento nas proximidades, o que facilita a transporte dos alimentos, que chegam prontos e são ali apenas aquecidos e acondicionados. Além disso, os jardins arborizados e os bancos próximos oferecem um ambiente agradável e um suporte mínimo aos que recebem a refeição.

A vivência se prolongou até às 15:00h, envolvendo também a desmontagem da infraestrutura instalada e a limpeza da área. Para dizer o mínimo, para quase todos os participantes foi uma experiência esclarecedora: é de fato brutal a desigualdade social que marca o Brasil, a miséria, a fome, principalmente quando vista bem de perto. Mas houve alguma frustração. Os participantes, por assim dizer, integraram uma engrenagem bem organizada – ajudaram, contribuíram, observaram; mas, pouco ou nada interagiram com a imensa população que todo sábado procura o lugar.

O debate sobre os limites e desafios desta ação ocorreu na oficina de retorno à universidade. Neste momento, o egresso da Faculdade de Arquitetura, Jean Fortes, apresentou seu Trabalho de Conclusão de Curso que propunha um desenho para o baixo do viaduto Dona Leopoldina que contemplasse de maneira qualificada todas as atividades que ali ocorrem. Debateu-se ainda:

- (i) as iniciativas de ressignificação de espaços marginais da cidade por grupos auto-organizados e que não encontram amparo no poder público;
- (ii) a pobreza urbana e os problemas enfrentados pela população em situação de rua nas capitais brasileiras;
- (iii) a necessidade da universidade incorporar temas sociais como, por exemplo, a população em situação de rua, os refugiados, as ocupações, vilas e favelas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa vida como docentes ou estudantes na área de Urbanismo e Planejamento Urbano percebemos a necessidade de maior aproximação entre experiências acadêmica-profissional-social, de interação entre teoria e prática, de colaboração mais estreita entre diferentes

atores, sempre segundo uma abordagem interdisciplinar. Sabemos que profissionais da área e atores sociais, que têm como pauta a cidade e “seus” problemas, querem intercambiar experiências e refletir a partir de suas diversas formas de ação.

Desse ponto de vista, o projeto de extensão aqui relatado revelou sua pertinência e imensas potencialidades, tanto com relação a seu propósito mais específico – de reconhecimento de práticas pouco consideradas em nossos planos de ensino –, como no sentido de estimular uma reflexão sobre o significado da extensão para a universidade pública.

De outra parte, as vivências realizadas geraram vínculos que não se desfizeram com a conclusão da ação. O projeto funcionou, enfim, como um lugar de construção de vínculos que apontaram para o futuro. Cada vez mais atores, coletivos, grupos sociais, movimentos e pessoas interagiram a partir dos contatos oportunizados pelo projeto.

Algo que ficou evidente, após a conclusão do projeto, foi como a extensão pode ser provocadora de temas e problemas de pesquisa. Estabeleceu-se, enfim, um vínculo estreito entre ação e reflexão. Por exemplo, uma das motivações da elaboração do projeto de pesquisa *Panorama da agricultura urbana e periurbana nas metrópoles brasileiras: um olhar a partir do planejamento urbano*¹, iniciado em 2019, foi a experiência realizada no Sítio Árvore(s)er, uma das práticas com as quais o PUE interagiu.

Outra experiência de vínculo entre extensão e pesquisa foi a realização do *Seminário Cidade, Habitação, Lutas Urbanas*, ocorrido em setembro de 2019. Este seminário, realizado na Faculdade de Arquitetura/UFRGS, foi organizado pelo Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão *Cidade em Projeto*, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR). A atividade, que reuniu estudantes de graduação e pós-graduandos, além de pesquisadores e professores da UFRGS e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, teve como uma de suas atividades uma visita guiada à Vila Nazaré, acompanhada por extensionistas, líderes comunitários e integrantes do movimento social.

Dado o momento político que vive o país, e dadas as ameaças que hoje pesam sobre o ensino público, o debate sobre a extensão universitária merece cada vez mais atenção. Na nossa visão, urge transformar a extensão num vigoroso instrumento de defesa da universidade pública e de sua reconstrução a partir dos objetivos fundamentais da República, que devem pautar inclusive os campos do Ensino e da Pesquisa.

Neste sentido, a extensão é um importante espaço pedagógico que prepara os estudantes na construção de uma sociedade livre, justa, solidária; na redução das desigualdades sociais; na promoção do bem-estar de todos, sem preconceito; e não para uma democracia e uma cidadania futuras. E é também a motivadora de novos temas e problema de pesquisa, estreitamente ancorados em nossa realidade social.

REFERÊNCIAS

AMBIENTALISTA revisita a árvore que salvou há quase 40 anos em Porto Alegre. **Gaúcha ZH**, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2014/05/Ambientalista-revisita-arvore-que-salvou-ha-quase-40-anos-em-Porto-Alegre-4496794.html>. Acesso em: 16 set. 2019.

BETTO, Frei. **Por uma educação crítica e participativa**. Rio de Janeiro: Anfitheatro, 2018.

¹ Integram este projeto de pesquisa os professores Eugênia Aumond Kuhn, Geisa Zanini Rorato e Bruno Cesar Euphrasio de Mello, do Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura/UFRGS.

D'OTTAVIANO, C.; ROVATI, J. (org.). **Para além da sala de aula**: extensão universitária e planejamento urbano e regional. São Paulo: FAUSP, 2017.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Levantamento aerofotogramétrico executado para a prefeitura municipal de Pôrto Alegre na gestão do prefeito Leonel Brizola**. Folha 65. Porto Alegre, 1956.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Levantamento aerofotogramétrico**. Administração: Alceu Collares. 2970-4. X.III. Porto Alegre, 1986.

SOB o viaduto do Brooklyn, ocupação de espaço público com batalhas de MC's. Sul 21. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2018/01/sob-o-viaduto-do-brooklyn-ocupacao-de-espaco-publico-com-batalhas-de-mcs/>. Acesso em: 16 set. 2019.

Data de recebimento: 16 de setembro de 2019.

Data de aceite para publicação: 11 de novembro de 2019.